

Uma proposta teórica para os estudos e investigações em História das Instituições Científicas¹

Antonio José Barbosa de Oliveira

Evelyn Goyannes Dill Orrico

Resumo

O trabalho reflete sobre a problemática conceitual dos campos da Memória e História das Instituições Científicas. Aborda as relações entre os conceitos de Memória Coletiva / Social (Halbwachs), História (Joutard, Le Goff e Carr), discurso (Pecheux, Foucault e Orlandi), entendendo as relações de poderes e saberes como práticas sociais e institucionais que são, histórica e socialmente constituídas. Foca também as relações entre linguagem (Bakhtin), discurso e a produção documental das instituições como gênero discursivo (Bakhtin). Para tal abordagem, ancora-se nos seguintes referenciais; 1) aprofundamento dos conceitos e das relações entre Memória Social, História e Discurso; 2) interface com o materialismo histórico nos estudos da linguagem; 3) aspectos centrais da Análise de Discurso da vertente francesa; 4) as redes de memórias, a produção historiográfica, o discurso institucional e suas relações com os registros documentais e com os silenciamentos institucionais e 5) a constante relação entre memórias e poderes, considerando-se que, na institucionalização dos saberes e das práticas, há um constante jogo político-discursivo de atores sociais nos processos de consolidação de saberes nas instituições. Pretende-se contribuir para o fortalecimento da dimensão epistemológica das investigações que tratam da história das instituições científicas.

Palavras-chave: história – memória – instituições

Abstract

The paper reflects on the conceptual problematic of the fields of Memory and History of Scientific Institutions. It addresses the relations between the concepts of Collective / Social Memory (Halbwachs), History (Joutard, Le Goff and Carr), discourse (Pecheux, Foucault and Orlandi), understanding the relations of powers and knowledge as social and institutional practices that are, historically and socially constituted. It also focuses on the relations between language (Bakhtin), discourse, and the documentary production of institutions as discursive genre (Bakhtin). For such an approach, it is anchored in the following references; 1) deepening the concepts and relationships between Social Memory, History and Discourse; 2) interface with historical materialism in language studies; 3) central aspects of Discourse Analysis of the French part; 4) networks of memories, historiographic production, institutional discourse and its relations with documentary records and with institutional silencers, and 5) the constant relationship between memories and powers, considering that in the institutionalization of knowledge and practices, there is a constant political-discursive game of social actors in the processes of consolidation of knowledge in institutions. It is intended to contribute to the strengthening of the epistemological dimension of the investigations that deal with the history of scientific institutions.

Keywords: history - memory - institutions

1) A HISTÓRIA E A MEMÓRIA COMO ELEMENTOS PARA A PESQUISA DE INSTITUIÇÕES

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001
"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

Reconhecendo as diferenças, demarcações e especificidades entre história e memória², pretendemos sair da dimensão meramente antagônica que as separam teoricamente. Na intenção de aprofundarmos uma outra proposta, procuramos, como Philippe Joutard³, uma possibilidade de “reconciliação” entre ambas, no sentido de superação de uma oposição já estéril, com vistas a um reforço analítico que somente será possível com a consideração de ambas. Mnemosyne (Memória) e Clio (História), nos servirão de suportes analíticos para uma maior compreensão do fenômeno discursivo institucional que alimenta nossas reflexões. Considera-se que história e memória, embora tenham em comum o fato de representarem o que foi e que não é mais, estabelecem dois tipos distintos de vínculos com o passado; são duas vias paralelas para acesso ao passado, mas que obedecem a lógicas distintas. A memória tem uma relação direta e afetiva com o passado, já que está ligada à lembrança pessoal de acontecimentos vividos. Fazendo-se, concomitantemente, entre reconhecimentos e esquecimentos, a memória é seletiva, concentrando-se sobre alguns fatos. A memória também transforma o passado, consciente ou inconscientemente, em função do presente, “apresentando a tendência particular de embelezar este passado”⁴. Para tal, a memória recorre também ao simbólico, cria mitos, que “não são visões falsas da realidade, mas uma outra maneira de descrever o real, uma outra forma de verdade” (idem). Deve-se ressaltar que, no testemunho memorial, há uma precária separação entre o sujeito e o objeto, diferentemente do que deve se esperar quando se opera uma crítica e interpretação documental. Entretanto, sabe-se que nesta operação, a diferença não consegue anular a sobredeterminação subjetiva, porque a consciência do historiador/investigador não é um receptáculo vazio: as suas perguntas só podem nascer no seio de uma mente já pré-ocupada por uma dada formação histórica e por memórias sociais, coletivas e históricas. Desse modo, a sua problemática, a par do desejo de aceder à verdade, revela, como na anamnese, as preocupações do presente que a formula. Isso explica a condicionalidade inerente à toda obra historiográfica, em cujos interstícios e não ditos, muitas vezes, se pode surpreender escondida a vala comum dos marginalizados e esquecidos⁵.

Mesmo sujeita aos limites da subjetividade daquele que a produz, a história pretende, em tese, operar num distanciamento entre o sujeito e o evento acontecido num passado. A reconstrução desse evento pressupõe, por sua vez, uma série de elementos que caracterizam esse fazer, que se materializa, normalmente, pela escrita. O trabalho do historiador, segundo Michel de Certeau⁶, além de uma construção, é um ofício e o resultado desse trabalho se materializa na historiografia: a história se faz *pela* e *na* escrita, em relação direta ao patrimônio linguístico do historiador. Cabe ressaltar que, como a memória, a história

² Maurice Halbwachs. *A memória coletiva*. (São Paulo: Centauro, 2006).

³ Philippe Joutard. “Reconciliar história e memória?”, *Escritos Um: Revista da Casa de Rui Barbosa* 1 (2007).

⁴ Philippe Joutard. “Reconciliar história e memória?”, *Escritos Um: Revista da Casa de Rui Barbosa* 1 (2007), 227.

⁵ Fernando Catroga. *Memória, história e historiografia*. (Portugal, Coimbra: Quarteto Editora, 2001), 48.

⁶ Michel de Certeau. *A escrita da História*. (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002).

também é uma construção. A forma como essa construção se opera define as suas características. O historiador, geralmente, não viveu diretamente as experiências do passado às quais procura reconstruir; pode não ter nenhuma ligação próxima ou afetiva com os fatos e, dessa forma, tem com ele uma maior possibilidade de distanciamento. Como ‘investigação’, a história se faz por intermédio de pistas que caracterizam o ‘paradigma indiciário’ a que se refere Carlo Ginzburg⁷.

Em trabalho clássico da epistemologia da história, Carr⁸ já apontava que os ‘fatos históricos’ também são construções socialmente produzidas, já que o historiador não é um ser isolado na construção da história: existem escolhas em disputa pelo que deverá ser registrado e pela forma como tal registro será processado. Tal como aquele que lembra pelo ato mnemônico, o historiador também vê o passado por meio dos seus olhos num determinado presente, à luz dos problemas e indagações que faz. Sendo assim, o historiador, mais do que registrar, avalia e, dessa forma, faz com que o passado não seja uma simples coletânea de eventos mortos, mas, de certa forma, apresente-se vivo, porque ainda inserido em reflexões que se processam num presente que lhe sucede e que também definem a forma como o olhar lhe é lançado.

Nessa mesma linha epistemológica, Catroga também nos mostra que a recordação e a historiografia constroem representações presentes que interrogam os indícios e traços que ficaram de um passado sobre o qual se pretende refletir e, dessa forma, as interrogações que o historiador formula são feitas em função da sua própria experiência, ou seja, das suas retrospectivas e esperanças. E, “como esta leitura é feita a partir do presente, recordar e historiar têm a sua outra face em projeções que fazem do passado um mundo de possibilidades.”⁹ Por isso, o autor defende que a historiografia, apesar de falar e se construir em nome de uma pretensa razão, se edifica, voluntária ou involuntariamente, “sobre silêncios e recalcamientos, como a história da história tem sobejamente demonstrado”¹⁰.

Como construção, a história sempre estabelece relações com o esquecimento, com a subjetividade e filiações ideológicas do historiador, com as restrições institucionais que também configuram o ‘não-dito’ a que se refere Michel de Certeau ao evocar as articulações entre a produção de saberes e ideias, à pretensa objetividade da história, bem como às relações entre estes e os lugares sociais dos quais são partes constituintes. Para Certeau¹¹, a história também sofre os efeitos de distorções, porque também está condicionada ao poder e à sua lógica, bem como ao lugar que a sustenta e mantém. Na qualidade de pertencente a uma instituição, o discurso científico da história, que não fala de sua relação com o corpo social, é, precisamente, o objeto da história. Como produção coletiva, porque sempre institucional e mediada

⁷ Carlo Ginzburg. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. (São Paulo, Cia. das Letras, 1989).

⁸ E. Carr, E. H. *Que é história?* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985).

⁹ Fernando Catroga. *Memória, história e historiografia*. (Portugal, Coimbra: Quarteto Editora, 2001), 45.

¹⁰ Fernando Catroga. *Memória, história e historiografia*. (Portugal, Coimbra: Quarteto Editora, 2001), 45.

¹¹ Michel de Certeau. *A escrita da História*. (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002).

por instâncias de poderes, o discurso histórico sempre remete a um “nós” que o legitima e lhe atribui o status de um trabalho ‘historiográfico’. Elemento importante também a ser considerado é a destinação do trabalho do historiador. A quem este procura atingir com seu trabalho? Que critérios de validação precisaria seguir para que seu trabalho seja considerado “historiográfico”? A que produções de sentidos seu trabalho deve alinhar-se? A quem se refere o historiador (e os demais pesquisadores e cientistas vinculados às diversas instituições) quando constroem seus trabalhos e enunciados na primeira pessoa do plural? Memória e história são construtos sociais, mesmo que aparentemente definidas e construídas pelas subjetividades dos indivíduos, já que esses passam sua existência em grupos, coletividades, subordinados a instituições, permeados e atravessados por ideologias, num complexo processo de construções identitárias. Reforçando tal concepção, valemo-nos ainda de Carr ao afirmar que “antes de estudar a história, estude o historiador [e], antes de estudar o historiador, estude seu meio histórico e social”¹².

Para Joutard, há que se buscar um reforço mútuo da memória e da história. E para tal, almejar-se a reconciliação (sem supressão das diferenças) entre ambas: “a reconciliação começa com este mútuo reconhecimento dos limites da memória e da história: investir-se, uma e outra, de modéstia, e saber que suas aproximações do passado são parciais.”¹³. Apoiando-nos também em Bourdieu, ao referir-se ao trabalho de construção de uma pesquisa, salientamos que a história, nessa perspectiva, pretende não a elucidação de uma verdade oculta, mas, sobretudo, em “compreender porque se compreende e como se compreende” a partir de elementos que remontam a eventos diversos de um passado institucional. Tal prerrogativa, ainda segundo Bourdieu, é elemento imprescindível para “se não ser objeto dos problemas que se tomam para objeto”¹⁴, já que o pré-construído está em toda parte, inclusive na pretensa objetividade das organizações sociais e da produção científica.

2) SOBRE O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO

Considera-se uma instituição como uma estrutura “relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas com o objetivo de satisfazer necessidades sociais básicas”¹⁵. Além dessas características, como agenciamento coletivo, as instituições agem por intermédio de códigos de condutas próprios e procuram se diferenciar das demais, ao conferirem a si mesmas características unificadoras. Uma instituição também é sempre obra coletiva,

¹² E. Carr, E. H. *Que é história?* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985), 41.

¹³ Philippe Joutard. “Reconciliar história e memória?”, *Escritos Um: Revista da Casa de Rui Barbosa* 1 (2007), 233.

¹⁴ Pierre Bourdieu. *O poder simbólico*. (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001), 37.

¹⁵ Eva M. Lakatos. *Sociologia Geral*. (São Paulo: Atlas, 1982), 153.

criação social, cultural; um acontecimento. Sua construção é historicamente percebida e seu processo instituinte se dá pela viabilização de mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que venham a garantir seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem certa regularidade¹⁶.

Toda instituição cria mecanismos de controle para a construção de uma pretendida identidade e, assim, confere padrões de identidade a seus membros, exercendo mecanismos de controle sobre suas memórias. Para tal, com regularidade leva-os a esquecerem de experiências incompatíveis com sua imagem de unidade e correção, trazendo para suas lembranças e mentes os acontecimentos que apoiam uma homogeneidade que dilui, quando não apaga, as diferenças e eventos contraditórios. O discurso institucional é o lugar, por excelência, dessa memória em funcionamento, onde a materialidade discursiva institucional convive com os silenciamentos. Uma instituição é constituída por sujeitos. Se o sujeito é o indivíduo interpelado pela ideologia¹⁷, é preciso também considerarem-se as filiações ideológicas a que os representantes das instituições (em seus diversos níveis hierárquicos) se coadunam, a fim de se perceber a natureza e opacidade de seus discursos, muitas vezes estabilizadoras de uma memória institucional que pretende se perpetuar por gerações sucessivas. Ao se unirem, mesmo que circunstancialmente, os sujeitos constituem os grupos nas instituições. Considera-se também que a percepção das características dos diversos grupos que são formados nas instituições é aspecto fundamental para a própria compreensão das memórias que são coletivamente produzidas e disseminadas. Um grupo é fruto de uma coesão determinada por interesses comuns, cuja existência e permanência dependem do estímulo e da incitação e não, necessariamente, do consenso. Sabe-se que o processo de associação de indivíduos em grupos não é aleatório, mas determinado por uma série de fatores que regulam o processo. Nesta perspectiva, entende-se também que os trabalhos que se debruçam sobre aspectos da história de instituições não podem prescindir da identificação dos grupos ligados aos eventos que servem de elementos para a produção, perpetuação ou transformações de memórias.

Considera-se também que não existe uma homogeneidade de pensamentos, crenças e desejos no interior das instituições: o que existe é um equilíbrio entre forças que se opõem constantemente, estabelecendo diferentes configurações de arranjos entre os seus membros. Uma instituição é constituída por uma complexa rede de relações estabelecidas que são materializadas, não somente nos papéis e registros oficiais, mas também em suas práticas habituais, fundamentadas em valores e normas adotadas pelos sujeitos que as constituem e nela atuam. Sabe-se, também, que a identidade compartilhada é também um poderoso fator de coesão de grupos. As lembranças e os esquecimentos que constroem as instituições e os discursos institucionais (numa relação de reciprocidade) são constantemente permeados por relações

¹⁶ Iclea Thiesen. *Memória Institucional*. (João Pessoa: Ed. UFPB, 2013).

¹⁷ Michel Pecheux. *O discurso. Estrutura ou acontecimento*. (Campinas: Pontes, 2015).

de disputas que se estabelecem entre os seus diversos grupos. Os indivíduos e as instituições são produções de constantes interações entre convergências e disputas por poderes e saberes e o discurso institucional procura estabilizar suas incongruências, visando a sua reprodução. Nesse sentido, torna-se imprescindível que se conheça, nas instituições, suas regras, seus mecanismos de funcionamento, seus critérios e suas normas.

A memória institucional, dessa forma, é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas: o instituído e o instituinte – as duas faces da instituição – fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais¹⁸. A pesquisadora ainda afirma que as instituições são artificios criados pelo conjunto de indivíduos, são respostas dadas a problemas engendrados pelos grupos sociais e, assim sendo, “se quisermos mudar as instituições, devemos transformar os valores que estão por trás dessas escolhas” (idem). Quando se refere à questão dos sujeitos nas relações com as instituições, pergunta onde estariam as possíveis fronteiras entre indivíduos e instituições e até que ponto as instituições produzem e reproduzem memórias que são absorvidas pelos indivíduos que a elas se sujeitariam. Nesse sentido, há que se ter cuidado para o duplo erro que acomete os estudos que envolvem as ações e os papéis dos sujeitos (indivíduos interpelados pela ideologia) nas instituições: o primeiro erro, quando se reduz o papel dos indivíduos a meros receptáculos dos imperativos institucionais, retirando (ou desconsiderando) o espaço para a dimensão criativa que caracterizam, individualmente, os seres humanos. O segundo erro, que caminha na direção oposta, é o de acreditarmos na autonomia absoluta da ação dos indivíduos no espaço institucional, como se aqueles caminhassem livremente movidos somente por seus ideais pessoais, descolados dos imperativos e normas que caracterizam toda instituição.

O sujeito sempre é marcado pelo lugar que o forma e de onde ele fala. Quando imersos neste lugar, é preciso cuidado para não se tornar objeto dos problemas que se toma por objeto¹⁹. Entende-se que os pesquisadores da memória e história das instituições, mais do que movidos por um interesse de antiquário, devem pretender compreender por que se compreende e como se compreende. Um dos efeitos mais poderosos da memória instituída é o fato de levar os sujeitos a se esquecerem de que se esquecem, o que leva a uma naturalização de representações construídas a partir de disputas. Considera-se também que uma instituição, ao criar mecanismos de controle para afirmação de sua identidade, confere percepções e padrões de conduta a seus membros. Tais mecanismos se expressam a partir dos discursos institucionais.

3) LINGUAGEM E DISCURSO

¹⁸ Iclea Thiesen. *Memória Institucional*. (João Pessoa: Ed. UFPB, 2013).

¹⁹ Pierre Bourdieu. *O poder simbólico*. (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001), 37.

Concebe-se que a linguagem, a memória e a história têm relações estreitas e inseparáveis. Ao considerar-se o discurso como “palavra em movimento” que significa, defende-se que “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos²⁰”. Ao tomar-se o discurso como evento ou acontecimento, considera-se também os “sujeitos envolvidos, o contexto no qual se inscrevem as formações ideológicas que lhe dão ordem e os elementos discursivos que são agenciados para veicular os sentidos propostos²¹”. Sendo assim, os documentos textuais institucionais (atas, ofícios, memorandos, matérias jornalísticas, relatórios, regimentos etc.), os depoimentos orais e os registros iconográficos, todos aqui entendidos como materialidades discursivas, devem ser compreendidos não somente na ótica do que significam, mas do *como* significam. Como materialidades de um discurso institucional, devem ser abordados como práticas socialmente inseridas em contextos específicos. Ao se ater ao “como” e não ao “por que” os eventos se sucedem, alinha-se também à perspectiva da análise processual, ao invés da mera observação e de busca de pretensas relações de causalidades que possam explicar os fenômenos.

Toda palavra é carregada de um conteúdo e de um sentido ideológico, liga-se diretamente às experiências de vida de indivíduos ou grupos e todo discurso tem a finalidade de expressar e produzir sentidos e, mais do que somente expressar um “puro pensamento”, configura-se como consequência de relações ideológicas. Por isso deve-se perceber, em toda pesquisa no campo das ciências humanas e sociais, quem são os sujeitos envolvidos e o contexto no qual se inscrevem as formações discursivas nas quais aqueles estão imersos. Por formações discursivas, consideramos o conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas regras de formação: “os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica. A formação discursiva determina ‘o que pode e deve ser dito’ a partir de um lugar social historicamente determinado²²”.

Ao nos interessarmos por personagens de um discurso, somos levados à noção de estratégias discursivas, que devem ser entendidas como “a maneira como o sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu para eles²³”. Considerando-se o discurso (pela AD francesa) ou a enunciação (pela abordagem Bakthiniana) como elementos norteadores de nossas reflexões, procura-se atribuir aos textos (ou quaisquer registros documentais) novas perguntas, já que as maneiras de falar não são inocentes e para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e organizar a realidade, denominando-a.

3.1 A AD francesa

²⁰ Eni Orlandi. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. (Campinas: Pontes, 2007), 9.

²¹ Carmen Irene C. de Oliveira e Evelyn G. D. Orrico. “Memória e discurso: um diálogo promissor”. In *O que é memória social?* Orgs. Vera Dodebei & Jô Gondar. (Rio de Janeiro: Contracapa, 2005), 80.

²² Helena N.Brandão. *Introdução à análise do discurso*. (Campinas: Ed. Unicamp, 2004).

²³ Antoine Prost. “As palavras”. In *Por uma história política*. Org. René Remond (Rio de Janeiro: Ed UFRJ/FGV, 1996), 321.

Uma reflexão também cara aos estudos do discurso e da discursividade é o empreendido por Orlandi sobre as “formas do silêncio”: o silêncio aqui concebido como fundador e estruturante de sentidos. A autora estabelece a distinção entre o que chama de silêncio constitutivo e o silêncio local: enquanto aquele é “o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer”²⁴, este último é a manifestação mais visível da política do silêncio, característico de formas diversas de censura que levam à interdição do dizer. Nessa perspectiva, toda palavra é também carregada de silêncios.

Ao alinhar-se à AD, a linha analítica aqui adotada se filia a uma perspectiva teórico-metodológica que se vale dos princípios estabelecidos por Jean Dubois e Michel Pêcheux, na década de 1960, que tiveram a tripla influência dos estudos da linguística, do marxismo e da psicanálise. Na qualidade de herdeira de campos disciplinares definidos, a AD se pretende nova em suas fronteiras, constituindo-se como novo objeto que afeta as próprias áreas de conhecimento da qual se origina. Para Mussalin²⁵, a AD, ao se propor a não reduzir o discurso a análises estritamente lingüísticas, mas abordá-lo também numa perspectiva histórico-ideológica, não poderia constituir-se como disciplina no interior de fronteiras rígidas, que não levassem em conta a interdisciplinaridade, seja com determinadas áreas das ciências humanas, como a História, a Sociologia, a Psicanálise, seja com certas tendências desenvolvidas no interior da própria Linguística, como a Semântica da Enunciação e a Pragmática, por exemplo. Na AD, não se procura identificar “o que” um texto quer dizer, extraíndo dele os seus possíveis sentidos. Interessa a ela problematizar a maneira como o texto significa, em sua opacidade e multiplicidade de sentidos. Referindo-se ao que denominou de “conteudismo”, Orlandi²⁶ adverte sobre a importância de não se confundir a interpretação de sentidos e significações do discurso, que movem a AD, com uma pretensa relação de causa e efeito que caracterizam a preocupação com a análise do conteúdo, onde tudo tem de ter um sentido expresso por “o que isso quer dizer?”. É imprescindível considerar os sujeitos que produzem a linguagem e a exterioridade que o circunda e que também sobre eles (sujeitos e linguagem) produzem efeitos. Nesse sentido, há que se ter atenção especial para o fenômeno ideológico de uma forma diferenciada da que é tratada pelas ciências sociais e pela história: para a análise de discurso, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia.

O discurso não se confunde com a fala ou a língua. É antes, a língua em movimento, impregnada dos sentidos atribuídos pelo enunciador. Os dizeres não são apenas mensagens a serem codificadas. Além de estarem impregnados de efeitos de sentidos estão submetidos ao que chamamos de condições de produção, que podem ser consideradas em sentido estrito (circunstâncias de enunciação – contexto imediato), ou em sentido amplo (contexto socio-histórico e ideológico). Além das condições de produção,

²⁴ Eni Orlandi. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. (Campinas: Ed. Unicamp, 2007), 74.

²⁵ Fernanda Mussalin. “Análise do discurso”. In *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. Org. Fernanda Mussalin & Anna Christina Bentes. (São Paulo: Cortez, 2006), 138.

²⁶ Eni Orlandi. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. (Campinas: Pontes, 2007), 95.

devemos considerar também o efeito da memória, que também age sobre a produção do discurso: é o interdiscurso ou memória discursiva, ou seja, tudo “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente, disponibilizando “dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”²⁷. É o já dito, ou seja, a evidência de que as palavras que enunciamos não são somente nossas, já que significam pela história e pela língua”²⁸. Sendo assim, temos um outro componente a ser considerado quando trabalhamos com o discurso: a ideologia, que ao interpelar o indivíduo, transforma-o em sujeito. Os sujeitos são os enunciadores do discurso, influenciados pela exterioridade na sua relação com os sentidos. O conceito de interdiscurso nos remete ao “conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”, falando “uma voz sem nome”²⁹. Ao considerarmos que o sujeito não totalmente é livre para dizer o que quer, somos movidos a uma concepção teórica que considera que “a própria opção do que dizer já é em si determinada pelo lugar que ocupa no interior da formação ideológica à qual está submetido, mas as imagens que o sujeito constrói ao enunciar só se constituem no próprio processo discursivo”³⁰.

As condições de produção que constituem os discursos funcionam de acordo com certos mecanismos: o primeiro pode ser chamado de relação de sentidos (não há discurso que não se relacione com outros e os sentidos resultam dessa relação); o segundo é o mecanismo da antecipação, pelo qual “todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ouve suas palavras”³¹.

Outro conceito de grande importância também abordado na AD é o de formação discursiva. Os sentidos não existem em si, mas são determinados pelas “posições ideológicas colocadas em jogo no processo socio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”³². A noção de formação discursiva, embora polêmica, é básica na Análise de Discurso, “pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, sua relação com a ideologia e, também, dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (idem). Sendo assim, a formação discursiva se define como aquilo que numa determinada formação ideológica determina o que pode e deve ser dito: “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso e todo discurso se delinea na relação com outros” (idem). Sendo assim, as formações discursivas podem ser compreendidas também como regionalizações do interdiscurso.

²⁷ Eni Orlandi. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. (Campinas: Pontes, 2007), 31.

²⁸ Eni Orlandi. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. (Campinas: Pontes, 2007), 32.

²⁹ Eni Orlandi. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. (Campinas: Pontes, 2007), 34.

³⁰ Fernanda Mussalin. “Análise do discurso”. In *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. Org. Fernanda Mussalin & Anna Christina Bentes. (São Paulo: Cortez, 2006), 137.

³¹ Eni Orlandi. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. (Campinas: Pontes, 2007), 39.

³² Eni Orlandi. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. (Campinas: Pontes, 2007), 42-3.

Entretanto, Orlandi nos adverte para que não pensemos as formações discursivas como blocos homogêneos que funcionam automaticamente. São constituídas na e pela contradição, são heterogêneas e suas fronteiras são fluidas.

Há também que se considerar as ressignificações dos conceitos de ideologia e de sujeito na AD. Já se sabe que não há sentido sem interpretação, de onde podemos inferir que sempre há uma ação presente da ideologia. A ideologia, aqui, produz a naturalização do que é produzido na relação do histórico com o simbólico³³ e dessa forma, é condição fundamental para a constituição do sujeito e dos sentidos. “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. Para a AD, a ideologia não é concebida como conjunto de representações, como visão de mundo que “oculta a realidade”. Na qualidade de prática significativa, “a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido no imaginário do sujeito. Pelo atravessamento do sujeito pela linguagem e pela história, aquele é ao mesmo tempo ‘sujeito de’ e ‘sujeito a’”. Não há um sujeito unívoco, estruturado unicamente a partir de uma pretensa racionalidade e, por isso, coincidente consigo mesmo. O trabalho ideológico é um trabalho de memória e esquecimento.

3.2 Os estudos da linguagem por Mikhail Bakhtin

Para Bakhtin e Volochínov³⁴, todo signo reflete e refrata uma realidade, denominando-a e “a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos³⁵”. Sendo assim, a “consciência individual é um fato socioideológico³⁶, que se na interação, e o universo da cultura tem primazia sobre a consciência individual. Sendo assim, a compreensão não é somente experiência psicológica da ação dos outros, “mas uma atividade dialógica que, diante de um texto, gera outro(s) texto(s). Compreender não é um ato passivo (...) mas uma réplica ativa, uma resposta, uma tomada de posição diante do texto.” (idem)

Apresentando a língua como expressão e registro do mundo social, Bakhtin afirma que as classes sociais constroem seus sistemas de pensamento, interpretação e expressão, por meio de vozes, acentos, entonações, linguagens singulares e contraditórias, num mundo, por natureza, polifônico. Para ele, a língua é palco privilegiado da luta de classes e os dominadores procuram imprimir sempre aos dominados um monolinguismo que uniformiza e viabiliza canais de opressão. Referindo-se à historicidade de cada palavra, Bakhtin³⁷ afirma que cada palavra remete a um ou a diversos contextos, nos quais ela viveu sua existência

³³ Eni Orlandi. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. (Campinas: Pontes, 2007), 46.

³⁴ Mikhail Bakhtin & V. N. Volochínov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. (São Paulo: Hucitec, 2009).

³⁵ Mikhail Bakhtin & V. N. Volochínov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. (São Paulo: Hucitec, 2009), 34.

³⁶ Mikhail Bakhtin & V. N. Volochínov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. (São Paulo: Hucitec, 2009), 35.

³⁷ Mikhail Bakhtin. *Estética da criação verbal*. (São Paulo: Martins Fontes, 2010).

socialmente subentendida. Todas as palavras, todas as formas, estão povoadas de intenções. Em sua perspectiva, o enunciado é a real unidade da comunicação discursiva. Para ele, o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. Dessa forma, o discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir³⁸.

As diversas análises sobre as materialidades discursivas empreendidas em pesquisas sobre história das instituições científicas devem partir da premissa de que todo enunciado está impregnado de referenciais que o liga a um contexto ideológico. Nesse sentido, segundo Bakhtin, não são as palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida³⁹. Para Bakhtin cada época histórica, cada geração e cada camada social têm suas linguagens próprias, vocabulários específicos que determinam a linguagem e evidenciam as contradições sociais e os conflitos ideológicos. A linguagem, dessa maneira, é produto consciente e inconsciente de tais contradições e a função comunicativa também é uma importante instância de integração ou de ocultação das contradições sociais.

O enunciado não é um conceito meramente formal; na verdade sempre demanda uma situação histórica definida, diversos sujeitos sociais que agem sobre/na realidade, que se identificam, que disputam ou compartilham ideologias, que constroem e são construídos por processos culturais específicos. Cada enunciado é um ato histórico novo e irrepetível e a linguagem só existe nesse complexo sistema de diálogos, que nunca se interrompe. Os enunciados são construídos sempre a partir de uma referência axiológica e tal referência é imprescindível para os sentidos construídos, bem como para o estabelecimento do conjunto de valores que caracterizam o(s) terceiro(s) do diálogo. Ou seja, falamos sempre de algo ou de alguém e “mesmo quando falamos contra alguém, o fazemos diante de alguém ou algo que supomos concordar com nossa avaliação. É o terceiro que nos ampara e nos vigia, na difícil tarefa de entender o mundo e os nossos semelhantes” (idem).

Outro aspecto a se considerar em relação aos enunciados é aquele que se refere ao papel do outro. Esse outro não é mais aquele ser passivo pensado pelos modelos clássicos da linguística; é, na verdade, participante ativo da comunicação discursiva. Se o outro adquire papel imprescindível para a comunicação, há que se considerar também o direcionamento a alguém, o seu endereçamento. Dito de outra forma: o

³⁸ Mikhail Bakhtin. *Estética da criação verbal*. (São Paulo: Martins Fontes, 2010), 274.

³⁹ Mikhail Bakhtin & V. N. Volochínov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. (São Paulo: Hucitec, 2009), 98-9.

enunciado tem autor e destinatário; e cada gênero do discurso nos diversos campos da comunicação se estruturam também a partir da concepção (concreta ou presumida) desse destinatário. Ao construirmos os enunciados, a partir da concepção dos seus destinatários, procuramos antecipar as reações ou as influências que terão sobre os destinatários, que, como vimos, poderão ser diretos (concretos), presumidos ou indeterminados (sobredesignatários). Nesse sentido, a construção do enunciado é definida de maneira ativa e também é submetida à antecipação, levando-se em conta o destinatário e as ações que se pretende despertar (nele) com o enunciado. E essa antecipação (que caracteriza a influência do destinatário sobre a construção do enunciado e leva ao endereçamento do enunciado), por sua vez, interfere diretamente na produção do enunciado, bem como na escolha do gênero e do estilo. Bakhtin sustenta que “sem levar em conta a relação do falante com o outro e seus enunciados (presentes e antecipáveis), é impossível compreender o gênero ou estilo do discurso.”⁴⁰. Sendo assim, ao construir nossos enunciados, procura-se defini-los (e conduzi-los) também a partir de seus destinatários. Para Bakhtin, a construção do enunciado está associada também à antecipação de uma resposta presumida, e “essa resposta antecipável exerce, por sua vez, uma influência sobre o meu enunciado”⁴¹. O outro também é definidor do que enuncio e, a depender das interlocuções a serem estabelecidas com esse outro, bem como das situações concretas em que se estabelecem as relações dialógicas, diversos serão os gêneros discursivos a serem utilizados e tal multiplicidade de gênero deverá ser considerada pelos pesquisadores, ao se reportarem às diversas análises da produção documental das instituições.

A diversidade dos gêneros também é determinada pelas diferenças expressas pela situação dos enunciantes, posição social e relações de reciprocidade entre os participantes do processo comunicativo. Os gêneros requerem um certo tom, ou seja, além de sua estrutura, são compostos também pelo que Bakhtin chama de “entonação expressiva”, que “é um traço constitutivo do enunciado”⁴². Se uma palavra isolada é pronunciada com entonação expressiva, segundo o filósofo, já não é mais uma palavra e sim um enunciado acabado, expresso por uma única palavra (nesse caso, o enunciado é formado pela palavra e não por uma oração). Tais considerações são imprescindíveis para as pesquisas que têm como foco as histórias de instituições: há que se considerar sempre que os gêneros discursivos institucionais têm seus mecanismos próprios de funcionamento, de permissões, de interdições, ditos e não-ditos a partir das circunstâncias em que se circunscrevem.

4) À GUIA DE CONCLUSÃO: A PROPOSIÇÃO DE UM CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

⁴⁰ Mikhail Bakhtin. Estética da criação verbal. (São Paulo: Martins Fontes, 2010), 300-1.

⁴¹ Mikhail Bakhtin. Estética da criação verbal. (São Paulo: Martins Fontes, 2010), 302.

⁴² Mikhail Bakhtin. Estética da criação verbal. (São Paulo: Martins Fontes, 2010), 290.

Tais considerações e abordagens, tratadas de forma genérica neste artigo, delineiam formas de se olhar para uma instituição científica, para sua produção discursiva e, conseqüentemente, para a produção de suas memórias e histórias institucionais, bem como daquelas difundidas por seus diversos atores. Por elas, novas possibilidades analíticas poderão ser efetivadas, partindo-se da premissa de que, na qualidade de formações sociais, as instituições, os agrupamentos, os discursos, a linguagem não são perfeitamente projetados, mas sim, ajustam-se aos recursos que se têm em mãos num determinado tempo; os contextos históricos e quaisquer formas que sejam por eles desenvolvidos, estão sempre abertos à dimensão do imprevisto e do acontecimento. Enquanto *construções*, a história e a memória institucional precisam ser observadas numa dimensão processual; não é algo que possa ser *resgatado*: serão sempre produzidas, a partir de um olhar e de condicionalidades de um lugar social e de um tempo presente.

Em nossa perspectiva interessam-nos, sobretudo, os processos decorrentes da enunciação/discursividade dos sujeitos, grupos e instituições, bem como a observação das características inerentes aos processos de incorporação (efeito de memória), via institucionalização, das ideologias que, ao se tornarem hegemônicas, naturalizam não somente as práticas sociais em suas diversas formas de redes de sociabilidades, como também as diversas forças no lembrar e no esquecer, aspectos estes que conformam os processos discursivos. Esperamos que a proposta teórica aqui apresentada possa contribuir para as diversas metodologias empregadas nos estudos e investigações do amplo espectro que caracteriza a História das Ciências e das Instituições científicas.

SOBRE OS AUTORES:

Antonio José Barbosa de Oliveira

Filiação institucional: Universidade Federal do Rio de Janeiro

antoniojose@facc.ufrj.br

Evelyn Goyannes Dill Orrico

Filiação institucional: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNIRIO, CNPq/PQ2 (processo 307807/2018-5)

evelyn.orrico@unirio.br